



*Dr.  
António  
Ferreira  
Luis*

# RELATÓRIO E CONTAS 2019

HÁ MAIS 100 ANOS AO SERVIÇO DA SOLIDARIEDADE



## ÍNDICE

	Pág.
Convocatória .....	2
Órgãos Sociais .....	3
Introdução .....	4
Relatório de Gestão .....	5 a 15
Proposta de Aplicação de Resultados.....	16
Demonstrações Financeiras e anexo .....	17 a 43
Certificação Legal das Contas .....	44 a 47
Parecer do Conselho Fiscal .....	48

*As*  
*Fredalva*  
*Luiz*  
*ul*



## CONVOCATÓRIA

Nos termos do n.º 2 alínea b) do Art.º 22 dos Compromissos, convoco os Irmãos desta Misericórdia para reunirem em *Assembleia-geral* no dia **30 de junho**, pelas **17:30 horas**, no Auditório desta Santa Casa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;
2. Apreciar o relatório, as contas e os pareceres do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas e Votar as Contas do Exercício de 2019;
3. Outros assuntos de interesse para a Misericórdia.

Nos termos do n.º 1 do Art.º 24, se no dia e hora designados para a reunião, não estiver presente mais de metade dos Irmãos com direito a voto, a Assembleia funcionará em segunda convocatória, trinta minutos depois, com qualquer número de presenças.

Paredes, 15 de junho de 2020

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

Dr. Alberto Luís Mourão Soares Carneiro

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



## ORGÃOS SOCIAIS EFETIVOS Quadriénio 2020-2023

### ASSEMBLEIA GERAL:

**Presidente:** Alberto Luís Mourão Soares Carneiro  
**Vice - Presidente:** Lucília Maria Dias Carvalhinho Sousa Pinto  
**Secretária:** Maria Manuela Rocha Silva Freire de Sousa

### MESA ADMINISTRATIVA:

**Provedor:** Ilídio José da Silva Meireles  
**Vice - Provedor:** Joaquim Camilo de Meireles Ruão  
**Tesoureira:** Maria Madalena Vieira Nogueira Carvalho Silva  
**Secretário:** Ildebrando da Mota Coelho  
**Vogal:** Teresa Maria de Paiva Leal

### DEFINITÓRIO OU CONSELHO FISCAL:

**Presidente:** António Francisco de Oliveira Ferreira  
**Vice - Presidente:** Rogério Manuel Ribeiro dos Santos Grácio  
**Secretário:** Augusto Manuel Teixeira de Barros Ruão  
**Suplente:** Manuel da Silva Barbosa

## INTRODUÇÃO

Para os devidos efeitos legais e estatutários da Misericórdia de Paredes definidos na **alínea b) do n.º 2 do art. 22 dos Compromissos**, se submete o Relatório e Contas do exercício de 2019, bem como a correspondente Certificação Legal de Contas e o Parecer do Conselho Fiscal, para apreciação e aprovação da Assembleia Geral.

Este Relatório representa assim, a continuação de um ciclo que, tem por objetivo a promoção da missão da Misericórdia num contexto social particularmente delicado que, naturalmente, coloca desafios diferentes num tempo diferente.

A delicada situação social que se vive em todo o mundo e também em Portugal, aumenta a responsabilidade das Misericórdias Portuguesas em cumprir, de forma mais eficiente e eficaz, a sua Missão. Neste contexto, as Misericórdias envolvidas devem reunir as condições mínimas para responder a esse aumento de responsabilidade.

O conteúdo deste documento relata a posição financeira e contabilística da Instituição, constituída pelas demonstrações financeiras exigidos por lei, acompanhada de várias notas técnicas explicativas de modo a facilitar e simplificar ao máximo a sua interpretação.



## RELATÓRIO DE GESTÃO

O ano de 2019 foi, como sempre vem acontecendo ao longo dos últimos anos, um período de intenso trabalho com o acompanhamento do quotidiano, sempre exigente, a que acresce a preocupação constante nas várias intervenções de beneficiação do património imobiliário, com intervenções pontuais em diversas áreas e equipamentos.

Deu-se resposta a todos os problemas, alguns com especial complexidade, mas é precisamente para essas dificuldades que orientamos a nossa atenção no sentido de os resolver, suprir as deficiências, melhorar a qualidade de todos os serviços, sempre no propósito firme de afirmação da instituição na rede social do concelho, em que se integra.

Apesar das dificuldades, verificou-se um aumento dos proventos, mesmo tendo em conta a especial incidência da diminuição do rendimento dos juros das aplicações financeiras da instituição.

Por outro lado, aumentou a despesa corrente, essencialmente com a valorização do custo do trabalho, decorrente do aumento do salário mínimo nacional, aumento estendido a todos os restantes funcionários, progressão da carreira de alguns funcionários, circunstância que, sem colocar em causa a justeza da medida, tem naturalmente reflexos na coluna da despesa, assim como a pressão que se coloca nos dias de hoje, com o constante recurso a contratações temporárias de trabalhadoras para o regime de substituição para férias e a circunstância de atualmente o Lar ser quase um serviço de cuidados continuados, dada a degradação da saúde dos utentes, que cada vez são mais velhos e mais dependentes, implicando um cada vez maior número de trabalhadores.

Este aspeto de agravamento do custo do trabalho não é compensado pela participação dos utentes, a maior parte com reformas insuficientes, e do Estado, já que a tabela atual é para uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e não para uma unidade de cuidados continuados.

Finalmente impõe-se referir que o saldo negativo das contas se explica pelo facto de serem contabilizadas amortizações no valor de € 305.013,45., fruto do acentuado investimento que foi feito ao longo dos últimos anos, sem o que o saldo seria manifestamente positivo.

E se esse facto pode desagradar a alguns dos irmãos, a verdade é que apesar desse investimento feito ao longo dos últimos sete anos, as disponibilidades financeiras da instituição permanecem estáveis.

É que a realização de todas as obras desenvolvidas tem reflexo nas contas, com os respetivos custos de amortização, mas entende esta Mesa Administrativa que devem ser vistas como investimento necessário e até imprescindível na perspetiva do médio prazo.

Os resultados de 2019 demonstram o cuidado que a Mesa Administrativa coloca na gestão dos seus recursos, com a preocupação constante de melhorar as condições de assistência, nas várias valências, de trabalho dos seus funcionários e de aumentar dentro do possível os seus níveis remuneratórios.

Apesar disso, os resultados obtidos permitem encarar o futuro com algum otimismo, fruto de uma gestão rigorosa na contenção de custos operacionais e na planificação do investimento necessário para, cumprindo a lei, satisfazer os naturais anseios daqueles para quem esta instituição é imprescindível.



### **Informação Económica, Financeira e orçamental**

A Mesa Administrativa, dando cumprimento ao legal e estatutariamente estabelecido na alínea e) do n.º 1 do art.º 27, presta a seguinte informação referente ao período económico de 2019, contida nos seguintes instrumentos de gestão:

- Balanço em 31 de dezembro de 2019;
- Demonstração de Resultados por natureza em 31 de dezembro de 2019;
- Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

O objetivo das demonstrações financeiras é proporcionar informação fiável acerca da posição e do desempenho financeiro da Instituição.

As demonstrações económico-financeiras revelam:

- ✓ A situação patrimonial e financeira, bem como o grau de cumprimento das obrigações para com terceiros;
- ✓ A situação económica e a capacidade de gerar excedentes.

*[Handwritten signatures and initials]*

De forma resumida, segue-se um curto comentário aos valores constantes da documentação apresentada:

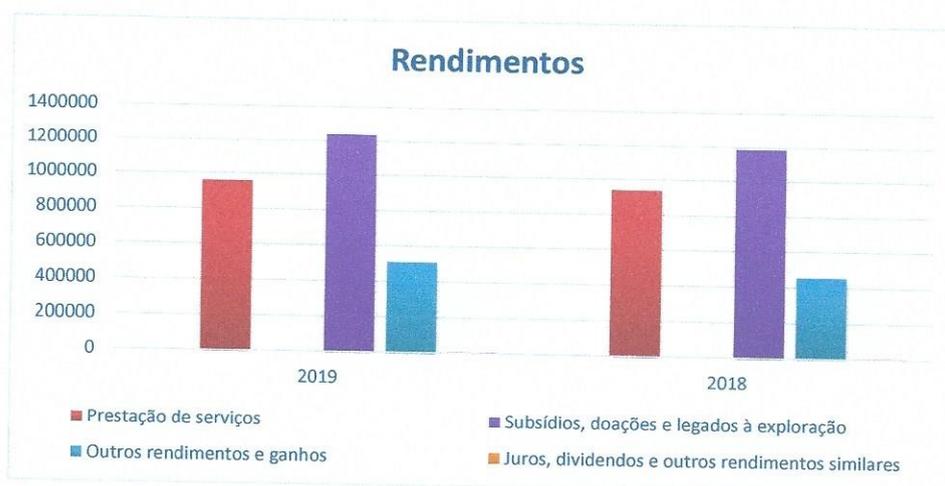
### Análise da Situação Económica – Demonstração de Resultados

Em termos de estrutura de rendimentos, a decomposição é a seguinte:



#### RENDIMENTOS

RENDIMENTOS	(valores em euros)	
	2019	2018
Prestação de serviços	958.798,01	938.714,97
Subsídios, doações e legados à exploração	1.237.200,15	1.185.264,45
Outros rendimentos e ganhos	508.204,06	456.906,59
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	4.988,24	4.891,29
<b>Total dos rendimentos</b>	<b>2.709.190,46</b>	<b>2.585.777,30</b>





No período económico em análise, a Misericórdia realizou um total de rendimentos no valor de € 2 709 190.46 (dois milhões, setecentos e nove mil, cento e noventa euros e quarenta e seis cêntimos), traduzindo um acréscimo relativamente ao exercício do ano transato, em termos percentuais, na ordem dos 4.77%.

Na rubrica “**Serviços Prestados**” verifica-se um acréscimo na ordem de 2.14% em relação ao exercício de 2018, fruto da variação média das mensalidades. As mensalidades variam em função dos rendimentos dos utentes admitidos.

A rubrica “**Subsídios, Doações e Legados à Exploração**” aumenta 51 935.70€ (cinquenta e um mil, novecentos e trinta e cinco euros e setenta cêntimos), em relação ao exercício de 2018, resultado da atualização de 3.5% dos valores das participações financeiras por utentes com acordos de cooperação, para as respostas sociais.

Nesta rubrica também estão incluídos os subsidio do protocolo do RSI – Rendimento social de inserção, subsídios do IEFP – Instituto emprego e formação profissional, bem como verbas referentes ao projeto de apoio às pessoas mais carenciadas financiado pelo PORTUGAL 2020, tipologia de operações 1.2.1-Distribuição de géneros alimentares e/ou de bens de primeira necessidade, no âmbito do aviso n.º PO APMC-F2-2017-01, Fundo Europeu de Auxilio a Pessoas Mais Carenciadas (FEAC), ao território de Paredes, com o n.º total de destinatários de 535, na modalidade de Polo de Receção, Coordenadora e Mediadora, em parceria com as entidades mediadoras **S. Pedro – Centro Social Sobreira e Obra de Assistência Social da Freguesia de Sobrosa**. Este programa foi aprovado e iniciado em 16/10/2017 e a data do fim da operação é 30/11/2019. No entanto, a Misericórdia recebeu o convite para aceitar novo projeto, no âmbito do aviso POAPMC-F7-2019-02 com os mesmos objetivos e destinatários em que a data de fim de operação é 31/01/2023. Os destinatários são distribuídos pelos mediadores da seguinte forma:

*Irmandade da Misericórdia de Paredes – 235*

*S. Pedro – Centro Social Sobreira – 150*

*Obra de Assistência Social da Freguesia de Sobrosa – 150*

A Misericórdia de Paredes, receciona os produtos, armazena, distribui aos mediadores e aos destinatários e é responsável pela coordenação de toda a logística e ações de acompanhamento. Os produtos a distribuir no âmbito da operação são produtos congelados, frios e secos. O Instituto de Segurança Social assumiu a qualidade de organismo intermédio do FEAC (Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas). Atendendo à



composição dos cabazes a distribuir, reforçados em termos nutricionais e por grupo de destinatários, e à temporalidade semestral de distribuição inerente ao tipo de alimentos constantes dos mesmos, bem como à necessidade de criação de condições logísticas para prover os recursos necessários à execução das ações e atividades inerentes ao desenvolvimento do POAPMC, em particular no que respeita às despesas iniciais de armazenagem, refrigeração, transportes e distribuição de géneros alimentares, foi criado o programa de apoio financeiro complementar à execução do POAPMC, denominado PAC (Programa de Apoio Complementar), que complementa o apoio financeiro previsto no âmbito do POAPMC com a distribuição e o armazenamento dos alimentos.

Na rubrica “ **Outros Rendimentos e Ganhos**” verifica-se um acréscimo de 51 297.47€ (cinquenta e um mil, duzentos e noventa e sete euros e quarenta e sete cêntimos), em relação ao período transato, reflexo da rubrica “Restituição de Impostos” referente aos pedidos de restituição de valor de IVA suportado nas faturas de construções, manutenções e conservação dos edifícios, de bebidas e alimentação, e de elementos do ativo fixo tangível e suas reparações, com limites estipulados na lei para restituição de IVA de outros regimes - IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social, que oscila em função do investimento efetuado. Convém referir que nesta rubrica também inclui as rendas de edifícios, consultórios e habitações que sofreram acréscimo pela atualização do coeficiente de rendas em 1.0115.

Nesta rubrica também contempla a imputação de subsídios/doações para investimento, que estão associados a ativos fixos tangíveis e que são transferidos numa base sistemática, para a conta 7883, à medida em que forem contabilizadas as depreciações/amortizações do investimento a que respeitem.

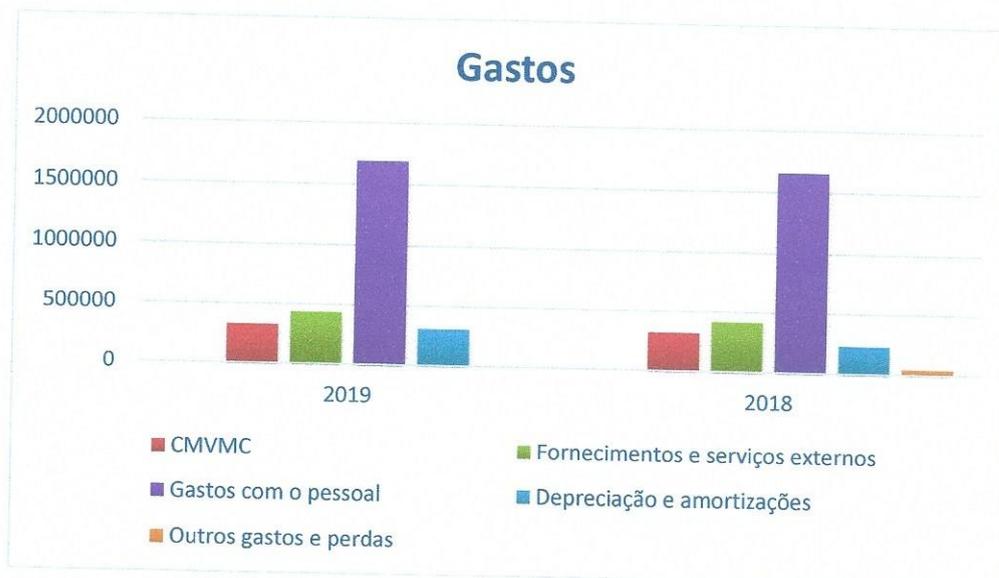
A rubrica “**Juros e Rendimentos Similares Obtidos**” têm sofrido alterações significativas justificando-se pela redução da taxa de juros atribuídas às aplicações financeiras efetuadas pela Instituição. No período em análise, esta rubrica teve um pequeno acréscimo, em termos percentuais, na ordem de 1.98%, em relação ao período de 2018.

As rubricas com mais peso na estrutura de rendimentos do ano de 2019 são, os “**Subsídios, Doações e Legados à Exploração**”, “**Prestação de Serviços**” e “**Outros Rendimentos e Ganhos**” representando 45.67%, 35.39% e 18.76% do total dos rendimentos, respetivamente.

Em termos de estrutura de gastos, a decomposição é a seguinte:

### GASTOS

Gastos	(valores em euros)	
	2019	2018
CMVMC	324.850,27	319.848,52
Fornecimentos e serviços externos	434.243,27	414.359,67
Gastos com o pessoal	1.690.538,01	1.660.764,73
Depreciação e amortizações	305.013,45	233.067,43
Outros gastos e perdas	9.249,99	42.675,31
<b>Total dos gastos</b>	<b>2.763.894,99</b>	<b>2.670.715,66</b>



No que diz respeito à estrutura de gastos, verifica-se que os mesmos ascenderam ao valor de € 2 763 894.99 (dois milhões, setecentos e sessenta e três mil, oitocentos e noventa e quatro euros e noventa e nove cêntimos), o que representa um acréscimo na ordem dos 3.49%, face ao ano de 2018.



Na rubrica **“Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas”** verifica-se um acréscimo na ordem de 1.56%, face ao período de 2018.

Na rubrica **“Fornecimentos e Serviços Externos”** verifica-se um aumento na ordem de 4.80%, em relação ao período de 2018.

Os **“Gastos com o Pessoal”** atingiram a verba de € 1 690 538.01, um acréscimo de 1.79%, em relação ao período de 2018. Contribuiu para este facto, o diferencial de atualização do salário mínimo nacional a todas as remunerações dos profissionais da Instituição, bem como progressão da carreira profissional de alguns funcionários e constante recurso a contratações temporárias de trabalhadores para regime de substituição para férias.

Na rubrica **“Gastos com Depreciações e Amortizações”** verifica-se um aumento na ordem dos 30.87%. A quantia depreciável de um ativo é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. O período de vida útil esperada coincide com as taxas de depreciação utilizadas pelo Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro de 2009.

Por sua vez, a Rubrica **“Outros Gastos e Perdas”** sofre uma diminuição significativa na ordem de 78.32%, face ao ano transato. Relembra-se que o valor registado no ano 2018 foi motivado pela obrigação de pagar a taxa de loteamento dos diversos prédios urbanos (Edifícios da Hemodiálise, Jardim Infantil, dos Serviços Administrativos e das quatro casas da Feira). Convém referir que esta verba foi subsidiada pelo Município de Paredes no ano 2019, sendo registada na conta de subsídios à exploração.

É de salientar no total dos gastos as rubricas **“Gastos com o Pessoal”**, **“Fornecimentos e Serviços Externos”**, **“CMVMC – Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas”** e **“Gastos/reversões de depreciações e de amortização** com uma representatividade de 61.17%, 15.71%, 11.75% e 11.04% respetivamente.

Completamos o período de 2019, com um resultado líquido negativo de € 54 704.53 (cinquenta e quatro mil, setecentos e quatro euros, e cinquenta e três cêntimos), correspondendo a um decréscimo de 35.60%, face ao período de 2018.

## **Análise da Situação Financeira – Balanço**

Da análise ao balanço podemos constatar que em 31 de Dezembro de 2019 o *Ativo Líquido* da Instituição cifra-se em € 7 484 498.68 (sete milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e oito euros e sessenta e oito cêntimos), traduzindo um acréscimo em termos percentuais de 24.31%, relativamente ao período de 2018 que se cifrou em € 6 020 945.55 (seis milhões, vinte mil, novecentos e quarenta e cinco euros e cinquenta e cinco cêntimos). Este acréscimo reflete o aumento dos investimentos assim como edifícios doados pelo Município de Paredes, nomeadamente Escola EB2/3 de Baltar e Escola da Madalena que são considerados nos ativos fixos tangíveis.

É de destacar a representatividade de 50.64% Ativos fixos tangíveis e de 30.10% das disponibilidades, no total do ativo.

Quanto aos *Fundos Patrimoniais* passou de 5 510 909.88 (cinco milhões, quinhentos e dez mil, novecentos e nove euros e oitenta e oito cêntimos) em 2018, para € 6 911 111.98 (seis milhões, novecentos e onze mil, cento e onze euros e noventa e oito cêntimos) em 2019, o que traduz um acréscimo em termos percentuais de 25.41%.

A rubrica "*Outras Variações nos Fundos Patrimoniais*" contempla os Subsídios "PIDDAC", "Fundo Rainha Dona Leonor", bem como heranças e doações de ativos fixos tangíveis efetuadas por utentes do Lar e Município de Paredes, nomeadamente Escola EB2/3 de Baltar e Escola da Madalena.

Os subsídios não reembolsáveis PIDDAC, Fundo Rainha Dona Leonor e heranças e as doações relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, na rubrica "Outras Variações nos fundos patrimoniais" e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos, para a rubrica da demonstração dos resultados "Outros rendimentos – Imputação de subsídios para investimento" durante os períodos necessários à contabilização das depreciações dos bens a que respeitam.

Quanto ao *Passivo Corrente*, passou de 510 035.67 (quinhentos e dez mil, trinta e cinco euros e sessenta e sete cêntimos) em 2018, para € 573 386.70 (quinhentos e setenta e três mil, trezentos e oitenta e seis euros e setenta cêntimos) em 2019, o que traduz um acréscimo em



termos percentuais de 12.42%. A rubrica que tem maior influência neste aumento é "Outras Contas a Pagar", que contempla fornecedores do imobilizado/ativos fixos tangíveis e intangíveis, credores por acréscimos de gastos (estimativa de férias, subsídios de férias e respetivos encargos com os gastos com o pessoal) e valores a pagar aos Mediadores que estão em parceria com a Misericórdia no Programa POAPMC (Programa Operacional Apoio a Pessoas Mais Carenciadas), programa explicado na rubrica "Subsidio, doações e legados à exploração". Convém referir que a Misericórdia como coordenadora desse programa, fica responsável pelo recebimento dos subsídios e à posterior transfere para a conta bancária dos Mediadores.

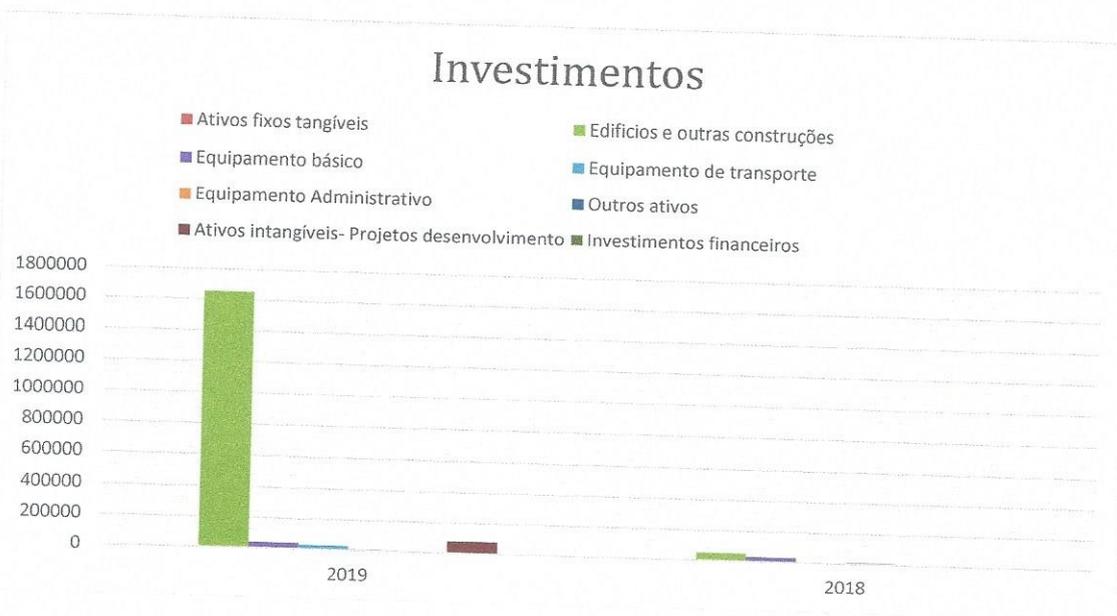
*Handwritten signatures and initials:*  
 A.  
 F. Paredes  
 G. Paredes  
 M. Paredes

### Investimentos

O período de 2019 registou um investimento global de € 1 791 051.37 (um milhão, setecentos e noventa e um mil, cinquenta e um euros, e trinta e sete cêntimos, o que representa um acréscimo de 1 991.05%, face ao ano de 2018.

(valores em euros)

Investimentos	2019	2018
<b>Ativos fixos tangíveis</b>		
Edifícios e outras construções	1.650.339,87	50.024,53
Equipamento básico	34.821,29	25.906,23
Equipamento de transporte	23.250,00	0,00
Equipamento Administrativo	5.741,80	7.016,32
Outros ativos	0,00	0,00
<b>Ativos intangíveis- Projetos desenvolvimento</b>	76.287,92	2.706,00
<b>Investimentos financeiros</b>	610,49	0,00
<b>Total de investimentos</b>	<b>1.791.051,37</b>	<b>85.653,08</b>





Conforme referido anteriormente, este acréscimo significativo reflete-se pelo aumento de investimentos em equipamentos básicos, de transporte, projetos de desenvolvimento, investimentos financeiros (fundo compensação salarial), assim como aumento em ativos fixos tangíveis designados “Edifícios e Outras Construções” doados pelo Município de Paredes, nomeadamente Escola EB2/3 de Baltar e Escola da Madalena.

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

### **Execução Orçamental**

A nível de execução orçamental os rendimentos e os gastos situaram-se acima do orçamentado em 3.62% e 4.33% respetivamente.

### **Considerações Finais**

Ao apresentar, no cumprimento das disposições estatutárias desta Santa Casa da Misericórdia de Paredes, as contas relativas ao ano de 2019, como aliás é usual nesta instituição, procurou-se fazer refletir com rigor o que caracterizou a ação da Mesa Administrativa e a demonstração clara do que foi a atividade desta Santa Casa, na coordenação entre as necessidades dos utentes e a prestação do melhor serviço, na vontade expressa de melhorar continuamente as condições de funcionamento das diversas áreas de intervenção e no apoio dado a todos os colaboradores da instituição.

Não pode assim a Mesa Administrativa deixar de agradecer o empenho e colaboração dos órgãos sociais, e especialmente de todos os funcionários e colaboradores que, com espírito solidário e empenhado, defendem com a sua ação o bom nome da instituição, servindo o bem comum e dignificando as obras de misericórdia.

Como todos sabem, os desafios que se colocam à nossa Santa Casa da Misericórdia de Paredes são tremendos, assim como seguramente é imensa a capacidade de trabalho de todos quantos nela participam do seu quotidiano, pelo que continuará a desempenhar um papel significativo na afirmação da solidariedade fraterna, aliás como a recente intervenção para combater os efeitos da pandemia bem demonstram, ainda que à custa do sacrifício dos nossos funcionários e do esforço financeiro que será demonstrado nas contas do próximo ano.



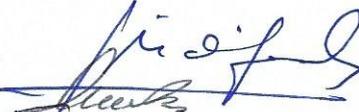
**PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO DE 2019**

Assim nos termos do exposto, a Mesa Administrativa desta instituição, propõe à Assembleia-geral o seguinte:

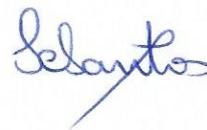
1. Aprovação do Relatório e Contas do período de 2019;
2. Que o Resultado Líquido Negativo de 54 704.53 euros (cinquenta e quatro mil, setecentos e quatro euros e cinquenta e três cêntimos) do período de 2019, transite para Resultados Transitados.

Paredes, 03 de junho de 2020

**A Mesa Administrativa**

Provedor:   
Vice - Provedor:   
Vogal: Teresa Paes  
Tesoureira:   
Secretário: 

**A Contabilista Certificada n.º 61761**





*Ar*  
*Luís*  
*Luís*  
*del*

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO 2019



## Balço em 31 de Dezembro de 2019

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2019	31-12-2018
<b>ATIVO:</b>			
<b>Ativo não corrente:</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	3.790.055,67	2.346.559,47
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis	5	52.665,25	10.734,02
Investimentos financeiros	6	446.368,77	445.758,28
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes		-	-
		<b>4.289.089,69</b>	<b>2.803.051,77</b>
<b>Ativo corrente:</b>			
Inventários	7	10.476,56	10.487,09
Créditos a receber	13.1	62.257,23	55.779,80
Estado e outros entes públicos	13.2	26.938,01	67.525,86
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	13.3	1.500,00	-
Diferimentos	13.4	99.878,74	73.188,05
Outros ativos correntes	13.5	741.870,68	706.969,03
Caixa e depósitos bancários	13.6	2.252.487,77	2.303.943,95
		<b>3.195.408,99</b>	<b>3.217.893,78</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>7.484.498,68</b>	<b>6.020.945,55</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO:</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	13.7	52.216,75	52.216,75
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	13.7	5.726.449,75	5.811.388,11
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	13.7	1.187.150,01	(267.756,62)
Resultado líquido do período		(54.704,53)	(84.938,36)
<b>Total do Fundo de Capital</b>		<b>6.911.111,98</b>	<b>5.510.909,88</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>Passivo corrente:</b>			
Fornecedores	13.8	66.742,67	76.188,29
Estado e outros entes públicos	13.1	37.722,98	38.601,15
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	13.4	72.950,35	47.869,73
Outros passivos correntes	13.9	395.970,70	347.376,50
		<b>573.386,70</b>	<b>510.035,67</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>573.386,70</b>	<b>510.035,67</b>
<b>Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo</b>		<b>7.484.498,68</b>	<b>6.020.945,55</b>

**Demonstração dos Resultados por Natureza em 31 de dezembro 2019**

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	31-12-2019	31-12-2018
Vendas e serviços prestados	13.10	958.798,01	938.714,97
Subsídios, doações e legados à exploração	13.11	1.237.200,15	1.185.264,45
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13.12	(324.850,27)	(319.848,52)
Fornecimentos e serviços externos	13.14	(434.243,27)	(414.359,67)
Gastos com o pessoal	13.15	(1.690.538,01)	(1.660.764,73)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	13.16	508.204,06	456.906,59
Outros gastos	13.17	(9.249,99)	(42.675,31)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>245.320,68</b>	<b>143.237,78</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	(305.013,45)	(233.067,43)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(59.692,77)</b>	<b>(89.829,65)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	13.18	4.988,24	4.891,29
Juros e rendimentos similares suportados			
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(54.704,53)</b>	<b>(84.938,36)</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(54.704,53)</b>	<b>(84.938,36)</b>



### Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	2019	2018
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		952.311,60	922.675,74
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		-793.844,90	-708.387,95
Pagamentos ao pessoal		-1.686.791,12	-1.647.207,55
<b>Fluxo gerada pelas operações</b>		<b>-1.528.324,42</b>	<b>-1.432.919,76</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-88,71	-266,15
Outros recebimentos/pagamentos		1.732.140,75	1.574.539,14
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>203.727,62</b>	<b>141.353,23</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis		-184.388,29	-135.858,82
Investimentos financeiros		-76.287,92	-2.706,00
Outros activos		0,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	180.085,23
Juros e rendimentos similares		5.492,41	5.240,04
Dividendos		0,00	0,00
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>-255.183,80</b>	<b>46.760,45</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Realização de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos da caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>-51.456,18</b>	<b>188.113,68</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.303.943,95	2.115.830,27
Caixa e seus equivalentes no final do período	13.6	2.252.487,77	2.303.943,95



## Anexo às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Montantes Expressos em euros)

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

#### 1.1. Denominação da entidade

A Irmandade da Misericórdia de Paredes, também mais abreviadamente denominada Santa Casa da Misericórdia de Paredes ou simplesmente Misericórdia de Paredes, fundada no ano de 1902 e o seu número de identificação fiscal é o 500 835 454.

#### 1.2. Sede social

Rua Elias Moreira Neto, n.º 161

4580-085 Paredes

#### 1.3. Natureza da atividade

A Irmandade da Misericórdia de Paredes é uma associação de fiéis, constituída na Ordem Jurídica Canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico, de harmonia com o espírito tradicional, informado pelos princípios da doutrina e moral cristã.

A Irmandade tem personalidade jurídica civil e está reconhecida como Instituição Privada de Solidariedade Social, mediante participação escrita da sua ereção canónica, feita pelo Ordinário Diocesano.

Em conformidade com a natureza que lhe provém, a Irmandade presta serviços de ação social com e sem alojamento, bem como apoio social á Infância através das respostas sociais: Lar de idosos, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, Creche, Pré-escolar, CATL e também RSI – Rendimento Social de Inserção.

1.4. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidades de euros.

1.5. Tal como prevê a NCRF-ESNL, sempre que não esteja previsto algum aspeto particular recorre-se supletivamente às restantes normas SNC.

### 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Divulgação expressa do referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras



As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o sistema de normalização contabilístico para entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 DE 09 de março de 2011.

**Instrumentos legais da NCRF – ESNL:**

Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho de 2015 – NCRF – ESNL;

Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho – Modelos de Demonstrações Financeiras;

Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho – Código das Contas;

Decreto – Lei n.º 98/2015, de 2 de junho - SNC

Portaria n.º 105/2011, de 14 de março – Modelos de Demonstrações Financeiras;

Portaria n.º 106/2011, de 14 de março – Código das Contas;

Aviso n.º 6726-B/2011 – 14 de março – NCRF-ESNL;

Portaria n.º 986/2009, de 07 de setembro;

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho - SNC.

**2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC - ESNL.

**2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.**

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2019 são comparáveis em todos os aspetos significativos com valores do período de 2018.

**3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS**

**3.1. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:**

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras



As demonstrações financeiras anexas, foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com a normalização contabilística para entidades do setor não lucrativo (ESNL).

**b) Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir de registos contabilísticos da Instituição.

**c) Principais fontes de incerteza das estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam quantias relacionadas de ativos e passivos, assim como as quantias relacionadas de rendimentos e gastos do período.

**d) Regime do Acréscimo (Periodização económica)**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas sendo registados contabilisticamente e relatadas nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Devedores e Credores por acréscimo” e “Diferimentos”.

**e) Eventos subsequentes**

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

**3.2. ALTERAÇÃO NA POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:**

Até 2015 as propriedades de investimento nomeadamente terrenos e edifícios cujos fins são obtenção de rendas, e não para uso ou fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente, eram classificadas na conta 42 – Propriedades de Investimento. A partir de 2016, devido à alteração da própria Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), passaram a ser classificados na conta 43 – Ativos Fixos Tangíveis.

Esta alteração reflete-se na eliminação da anterior rubrica do balanço “Propriedades de Investimento” e num aumento da rubrica do balanço de “Ativos Fixos Tangíveis”.

Em 2014 foi alterada a política contabilística de mensuração da participação financeira no HMP, SA tendo em conta que as NCRL aplicáveis às entidades do setor não lucrativo

(SNC-ESNL) são omissas quanto à valorização pelo método da equivalência patrimonial dos investimentos financeiros. Embora tenha sido feito ajustamento da participação detida no Hospital da Misericórdia de Paredes, SA em 2013, entende-se não se justificar a continuidade da sua aplicação relativamente aos resultados daquela entidade, em virtude de provocar uma distorção significativa nos resultados apurados pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes. Este ajustamento registado em 2013, foi corrigido e efetuado o necessário ajustamento na quantia escriturada do investimento resultado da redução do capital social para cobertura dos prejuízos da sociedade, mantendo a percentagem de participação financeira (31.7%). Em 2015 houve um aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas tendo em conta que a Misericórdia não participou nesse aumento, a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 13.65%. Em 2017 houve outro aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas a Misericórdia manteve a posição em não participar nesse aumento e por este motivo a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 11.38%. Em 2018 não houve alterações. No dia vinte e um de dezembro de 2019 foi aprovado pela Assembleia Geral a proposta de aquisição de oitenta mil, novecentas e trinta e oito ações que a Misericórdia de Paredes detém na sociedade anónima HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, pelo valor de cinco euros por cada ação, no montante total de quatrocentos e quatro mil, seiscentos e noventa euros, ou seja, 10% das ações, a pagar no prazo de dez anos. Esta proposta terá efeitos contabilístico no ano 2020.



#### **4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

##### **4.1. DIVULGAÇÃO PARA CADA CLASSE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:**

###### **a) Critério de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

Os gastos com conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, foram registadas como gasto do exercício em que ocorrem, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividade presentes e futuras adicionais.

O desconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes de venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na



data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade, a título gratuito, encontram-se mensurados ao seu justo valor.

As doações ou heranças que estejam associados a ativos depreciables/amortizáveis, são inicialmente registados na rubrica “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais”, sendo transferidas, numa base sistemática, para a rubrica da demonstração dos Resultados “Outros Rendimentos – Imputação de doações para investimentos”.

A partir de 2016, as anteriormente designadas “Propriedades de Investimento” passaram a estar incluídas nos ativos fixos tangíveis, de acordo com o capítulo 7, do aviso n.º 8259/2015 de 16 de julho, e incluem essencialmente terrenos, edifícios e outras construções para obter rendimento.

**b) Métodos de depreciações usados:**

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em sistema de quotas constantes.

**c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas:**

O período da vida útil esperada coincide com as taxas de depreciação utilizadas pelo Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro de 2009.

**d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:**



<b>Ativo Bruto</b>					
	Saldo em 31/12/2018	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2019
<b>Ativos fixos tangíveis</b>					
Terrenos	17.707,33	118,91	118,91		17.707,33
Edifícios e outras construções	13.804.393,99	1.650.339,87			15.454.733,86
Equipamento básico	667.614,66	34.821,29			702.435,95
Equipamento de transporte	359.923,03	23.250,00			383.173,03
Equipamento administrativo	195.420,34	5.741,80			201.162,14
Outros ativos fixos tangíveis	78.580,59	-			78.580,59
<b>Total Ativo tangível bruto</b>	<b>15.123.639,94</b>	<b>1.714.271,87</b>	<b>118,91</b>	<b>-</b>	<b>16.837.792,90</b>

<b>Depreciações Acumuladas</b>					
	Saldo em 31/12/2018	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2019
<b>Ativos fixos tangíveis</b>					
Edifícios e outras construções	11.697.626,96	198.498,03			11.896.124,99
Equipamento básico	517.960,60	40.727,90			558.688,50
Equipamento de transporte	311.399,69	21.971,87			333.371,56
Equipamento administrativo	171.817,62	9.374,11			181.191,73
Outros ativos fixos tangíveis	78.275,60	84,85			78.360,45
<b>Total depreciações ativos tangíveis</b>	<b>12.777.080,47</b>	<b>270.656,76</b>	<b>0,00</b>		<b>13.047.737,23</b>
<b>Ativo fixo tangível líquido</b>	<b>2.346.559,47</b>				<b>3.790.055,67</b>

## 5. ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

### 5.1. DIVULGAÇÃO PARA CADA CLASSE DE ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS:

#### a) Critério de mensuração usado para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

#### b) Métodos de depreciações usados:

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em sistema de quotas constantes.

#### c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas:

O período da vida útil esperada coincide com as taxas de depreciação utilizadas pelo Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro de 2009.

#### d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:



<b>Ativo Bruto</b>					
	Saldo em 31/12/2018	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2019
<b>Ativos fixos intangíveis</b>					
Projetos de desenvolvimento	91.956,77	76.287,92			168.244,69
<b>Total Ativo intangível bruto</b>	<b>91.956,77</b>	<b>76.287,92</b>	-	-	<b>168.244,69</b>

<b>Depreciações Acumuladas</b>					
	Saldo em 31/12/2018	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2019
<b>Ativos fixos intangíveis</b>					
Projetos de desenvolvimento	81.222,75	34.356,69	-	-	115.579,44
<b>Total depreciações ativos intangíveis</b>	<b>81.222,75</b>	<b>34.356,69</b>	-	-	<b>115.579,44</b>
<b>Ativo intangível líquido</b>	<b>10.734,02</b>				<b>52.665,25</b>

## 6. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

### 6.1. DIVULGAÇÃO DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS:

Os investimentos financeiros são constituídos por participações financeiras no capital da sociedade HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, bem como FRSS – Fundo de Reestruturação do sector social, Fundo Compensação Salarial e outros investimentos.

#### a) Critério de mensuração usado para determinar a quantia escriturada bruta:

Os investimentos financeiros são mensurados ao custo.

Relativamente à base de mensuração das participações financeiras na sociedade Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, as NCRL aplicáveis às entidades do setor não lucrativo (SNC-ESNL) são omissas quanto à valorização pelo método da equivalência patrimonial dos investimentos financeiros. Embora tenha sido feito ajustamento da participação detida no Hospital da Misericórdia de Paredes, SA em 2013, entende-se não se justificar a continuidade da sua aplicação relativamente aos resultados daquela entidade, em virtude de provocar uma distorção significativa nos resultados apurados pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes. Em 2014 foi efetuado um ajustamento neste ativo financeiro pelo reconhecimento da redução do capital social do Hospital da Misericórdia de Paredes, SA para a cobertura de prejuízos, mantendo-se a percentagem de participação detida pela Misericórdia nessa sociedade (31.7%). Em 2015 houve um aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas tendo em conta que a Misericórdia não participou nesse aumento, a percentagem de

participação detida nessa empresa foi ajustada para 13.65%. Em 2016 a percentagem de participação mantém-se. Em 2017 houve outro aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas a Misericórdia manteve a posição em não participar nesse aumento e por este motivo a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 11.38%. Em 2018 não houve alterações. No dia vinte e um de dezembro de 2019 foi aprovado pela Assembleia Geral a proposta de aquisição de oitenta mil, novecentas e trinta e oito ações que a Misericórdia de Paredes detém na sociedade anónima HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, pelo valor de cinco euros por cada ação, no montante total de quatrocentos e quatro mil, seiscentos e noventa euros, ou seja, 10% das ações, a pagar no prazo de dez anos. Esta proposta terá efeitos contabilístico no ano 2020.

Foi apresentado um Processo Especial de Revitalização (PER) pelo HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA em julho de 2016, que corre termos no Tribunal da Comarca Porto Este – Instância Central de Amarante – Secção de Comércio – J2 sob o N.º 914/16.6 T8AMT. Atualmente existe um litígio judicial pendente que corre termos no referido tribunal, relativo ao PER apresentado pelo HMP - Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, onde a Misericórdia apresentou uma reclamação de créditos de rendas comerciais do imóvel onde está instalado o HMP no valor de 507 643.88€ (quinhentos e sete mil seiscentos e quarenta e três euros e oitenta e oito cêntimos, provenientes de rendas vencidas e não pagas pelo HMP no período compreendido entre abril de 2013 e julho de 2016, e um crédito de suprimentos, a título de reforço de suprimentos adicionais, efetuado pela Misericórdia enquanto acionista do HMP, no valor de 110 922.00€ (cento e dez mil novecentos e vinte e dois euros).

No ano 2017 houve alienação das ações da EDP e Cimpor. O desreconhecimento destes ativos financeiros, resultante de venda é determinado pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”. No ano 2018 não houve alterações. No ano 2019, as oscilações referem-se ao Fundo de Compensação Salarial.

**b) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as revalorizações, as alienações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:**

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as quantias escrituradas são as seguintes:



**Investimentos financeiros**

	Saldo em 31/12/2018	Aumentos	Abates e Alienações	Ajustamento	Saldo em 31/12/2019
<b>Investimentos financeiros</b>					
Ações no HMP, SA	443.661,58				443.661,58
Outros investimentos financeiros	2.096,70	681,96	71,47		2.707,19
<b>Total Investimentos financeiros</b>	<b>445.758,28</b>	<b>681,96</b>	<b>71,47</b>	<b>-</b>	<b>446.368,77</b>

*[Handwritten signatures and initials]*

**7. INVENTÁRIOS**

**7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada:**

Os materiais e produtos de consumo encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores.

O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado em sistema de inventário intermitente.

**7.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade:**

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os valores constantes dos inventários são as seguintes:

**Inventários**

Descrição	2019	2018
<b>Inventários</b>	-	-
Matérias primas e consumíveis	10.476,56	10.487,09
<b>Total Inventários</b>	<b>10.476,56</b>	<b>10.487,09</b>

## 8. RENDIMENTOS E GASTOS

### 8.1) Políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços:

O rédito é mensurado ao justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente de prestações de serviços é reconhecido líquida de imposto, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do relato.

## 9. SUBSIDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

### 9.1) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais:

#### SUBSIDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Descrição	Saldo a 31-12-2018	Imputação do subsídio	Saldo a 31-12-2019
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Subsídio PIDDAC	250.487,14	7.877,26	242.609,88
Subsídio Fundo Rainha D. Leonor	162.076,71	18.008,52	144.068,19
<b>Total</b>	<b>412.563,85</b>	<b>25.885,78</b>	<b>386.678,07</b>

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Misericórdia cumpra com todas as condições a eles associados para os receber.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, na rubrica “Outras Variações nos fundos patrimoniais” e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos, para a rubrica da demonstração dos resultados “Outros rendimentos – Imputação de subsídios para investimento” durante os períodos necessários à contabilização das depreciações dos bens a que respeitam.

Os subsídios à exploração que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração do exercício imputam-se como rendimentos desse exercício.

Os subsídios à exploração que se destinam a financiar a cobertura de gastos de exercícios futuros, são imputados aos referidos exercícios, à medida que os gastos são ocorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Os subsídios à exploração estão divulgados de forma exaustiva na nota 13.11.

## **10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

### **10.1. Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros:**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

**Créditos a receber, fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros e outras dívidas de terceiros** – são mensuradas ao custo.

**Fornecedores e outras dívidas a terceiros** - as contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensurados pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

#### **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

## **11. Benefícios de empregados**

**11.1) Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.**

O número médio de funcionários é o seguinte:





Descrição	2019	2018
<b>N.º médio de funcionários</b>		
Efetivos	99	101
Contratados a termo certo	9	6
Contratados a termo incerto por substituição temporária de trabalhador	14	11
Contrato Estágio emprego	0	1
Contratados a termo incerto - Protocolo com CDSS - RSI	10	10
<b>Total</b>	<b>132</b>	<b>129</b>

**O número dos Órgãos Sociais é o seguinte:**

Assembleia Geral – 4 membros efetivos e 2 suplentes

Mesa Administrativa – 5 membros efetivos e 3 suplentes

Conselho Fiscal – 3 membros efetivos e 2 suplentes

Conforme nº 1 do artigo 16 do Compromisso da Misericórdia, os órgãos sociais exercem gratuitamente as funções que competirem aos respetivos cargos.

## 12. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Conforme mencionado no relatório de gestão, a Mesa Administrativa admite que a propagação do COVID-19 pode ter feitos sobre a atividade da instituição, nomeadamente aumento dos gastos e diminuição de rendimentos. É, no entanto, sua convicção de que os impactos não vão afetar a continuidade da instituição.

## 13. OUTRAS DIVULGAÇÕES

### 13.1) Créditos a receber

As quantias apresentadas para créditos a receber têm a seguinte discriminação:

Descrição	2019	2018
Utentes c/corrente	61.050,23	54.572,80
Utentes de cobrança duvidosa	1.207,00	1.207,00
<b>Total</b>	<b>62.257,23</b>	<b>55.779,80</b>

**13.2) ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS**

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava as seguintes quantias:

Descrição	Saldo devedor		Saldo credor	
Imposto sobre o Valor Acrescentado	26.328,19		67.259,71	
Imposto sobre o Rend. P. Colectivas	354,86		266,15	
Imposto sobre o Rend. P. Singulares		6.565,11		7.656,49
Contribuições p/ Segurança Social		31.079,26		30.944,66
Outros	254,96	78,61		0,00
<b>Total</b>	<b>26.938,01</b>	<b>37.722,98</b>	<b>67.525,86</b>	<b>38.601,15</b>
Saldo		10.784,97	28.924,71	

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.

**13.3) FUNDADORES/BENEMÉRITOS/PATROCINADORES/DOADORES/ASSOCIADOS/MEMBROS**

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
<b>Doadores</b>		
Doadores em curso	1.500,00	-
<b>Total</b>	<b>1.500,00</b>	<b>-</b>

**13.4) DIFERIMENTOS**

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 este item era constituído pelas seguintes quantias:

Descrição	2019	2018
<b>Ativos</b>		
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Grandes reparações nos ativos e outros	99.878,74	73.188,05
<b>Total</b>	<b>99.878,74</b>	<b>73.188,05</b>
<b>Passivos</b>		
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Subsídios à exploração (FEAC) (1)	54.292,34	23.999,98
Subsídios à exploração (PAC) (2)	7.658,01	12.669,75
Adiantamento para alojamento utentes	11.000,00	11.200,00
<b>Total</b>	<b>72.950,35</b>	<b>47.869,73</b>

Os subsídios à exploração referem-se ao POAPMC – Programa Operacional de Apoio aos mais carenciados, Tipologia T0 1.2.1 Distribuição de géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade aprovado em 16/10/2017 e término a 30/11/2019. No entanto, a Misericórdia aceitou o convite para dar continuidade ao novo projeto, no âmbito do aviso POAPMC-F7-2019-02 com os mesmos objetivos e destinatários em que a data de fim de operação é 31-01-2023.

(1) FEAC (Fundo Europeu de Apoio aos mais carenciados)

(2) PAC (Programa de Apoio Complementar)

### 13.5) OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:





Descrição	2019	2018
Suprimentos	110.922,00	110.922,00
<b>Devedores por acréscimo de rendimentos</b>		
Juros a Receber	1.087,50	1.591,67
Outros acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
<b>Outros Devedores</b>		
Inquilinos	518.407,58	521.703,96
Devedores por participação no capital	1,00	1,00
Devedores por cessão de créditos HMP,SA	21.121,49	21.121,49
Devedores por subsídios - ISS (POAPMC)	89.614,56	51.354,85
Outros	716,55	274,06
<b>Total</b>	<b>741.870,68</b>	<b>706.969,03</b>

*[Handwritten signatures and initials]*

### 13.6) CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá a informação acerca dos componentes principais de recebimento e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da Instituição.

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 este item era constituído pelas seguintes quantias:

Descrição	2019	2018
<b>Caixa e depósitos bancários</b>		
Caixa	76,26	259,31
Depósitos à ordem	352.411,51	403.684,64
Depósitos a prazo	1.900.000,00	1.900.000,00
<b>Total</b>	<b>2.252.487,77</b>	<b>2.303.943,95</b>

**13.7) FUNDOS PATRIMONIAIS**

As quantias apresentadas têm a seguinte discriminação:

Descrição	2019	2018
<b>Fundos patrimoniais</b>		
Fundos	52.216,75	52.216,75
Resultados transitados	5.726.449,75	5.811.388,11
Ajustamentos em ativos financeiros	(1.140.938,42)	(1.140.938,42)
Outras Variações nos fundos patrimoniais		
Subsidios ao investimento PIDDAC	242.609,88	250.487,14
Subsidios Fundo Rainha Dona Leonor	144.068,19	162.076,71
Doações	1.941.410,36	460.617,95
Resultado líquido do período	(54.704,53)	(84.938,36)
<b>Total</b>	<b>6.911.111,98</b>	<b>5.510.909,88</b>

*[Handwritten signatures and initials]*

**13.8) FORNECEDORES**

As quantias apresentadas para fornecedores têm a seguinte discriminação:

Descrição	2019	2018
<b>Fornecedores</b>		
Fornecedores c/c	66.742,67	76.188,29
<b>TOTAL</b>	<b>66.742,67</b>	<b>76.188,29</b>

**13.9) OUTROS PASSIVOS CORRENTES**

As quantias apresentadas para outras contas a pagar têm a seguinte discriminação:

Descrição	2019	2018
Fornecedores do imobilizado	29.095,24	11.530,51
Credores por acréscimos de gastos	257.445,71	253.698,82
Credores - Mediadores - Programa POAPMC	33.852,46	13.015,54
Outros credores	75.577,29	69.131,63
<b>Total</b>	<b>395.970,70</b>	<b>347.376,50</b>

**13.10) VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 este item era constituído pelas seguintes quantias:

Descrição	2019	2018
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	955.907,01	936.212,97
Quotizações e joias	2.891,00	2.502,00
<b>Total</b>	<b>958.798,01</b>	<b>938.714,97</b>



**Número médio de utentes por resposta social em 2019**

Resposta Social	Total de Utentes			Comparticipados		Não participados	
	Homens	Mulheres	Total	Nº	%	Nº	%
Lar	16	49	65	60	92%	5	8%
Centro de dia	3	14	17	10	59%	7	41%
SAD	23	29	52	50	96%	2	4%
Creche	22	23	45	45	100%	0	0%
Pré-Escolar	54	55	109	90	83%	19	17%
CATL	45	49	94	76	81%	18	19%
<b>Sub. Total</b>	<b>163</b>	<b>219</b>	<b>382</b>	<b>331</b>	<b>87%</b>	<b>51</b>	<b>13%</b>
Rendimento Social de Inserção			360	360	100%	0	0%
<b>Total</b>	<b>163</b>	<b>219</b>	<b>742</b>	<b>691</b>		<b>51</b>	<b>7%</b>

### 13.11) SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 este item era constituído pela seguinte quantia:

Descrição	2019	2018
<b>Subsídios, doações e legados à exploração</b>		
<b>Centro distrital de segurança social</b>		
Lar	303.394,36	298.843,17
Centro de dia	14.053,20	13.578,00
SAD - Serviço de apoio domiciliário	234.580,80	226.646,40
Creche	154.281,96	149.065,44
Pré-escolar	206.498,04	203.898,24
CATL	67.323,84	65.043,84
RSI	164.342,53	169.104,55
POAPMC (Programa operacional apoio aos +carenciados)	18.524,14	5.067,90
<b>Outras Entidades</b>		
Autarquia	38.848,82	0,00
Subsídios IIEFP	20.993,41	42.261,31
<b>Doações e heranças</b>	<b>14.359,05</b>	<b>11.755,60</b>
<b>Total</b>	<b>1.237.200,15</b>	<b>1.185.264,45</b>

*Handwritten signatures and initials:*  
 A. F. ...  
 ...  
 ...

### 13.12) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

As matérias consumidas apresentam os seguintes gastos, nos períodos de 2019 e 2018:

Descrição	Mercadorias	Matérias -primas, subsidiárias e de consumo	Total
<b>Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas</b>			
<b>2019</b>			
Inventários iniciais	0,00	10.487,09	<b>10.487,09</b>
Compras	0,00	324.839,74	<b>324.839,74</b>
Reclass. e regularização de inventários	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Inventários finais	0,00	10.476,56	<b>10.476,56</b>
	<b>C.M.V.M.C.</b>	<b>0,00</b>	<b>324.850,27</b>
<b>2018</b>			
Inventários iniciais	0,00	12.875,79	<b>12.875,79</b>
Compras	0,00	317.459,82	<b>317.459,82</b>
Reclass. e regularização de inventários	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Inventários finais	0,00	10.487,09	<b>10.487,09</b>
	<b>C.M.V.M.C.</b>	<b>0,00</b>	<b>319.848,52</b>

**13.14) FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

As importâncias mais relevantes que constituem o item de "Fornecimentos e serviços externos" são:

Descrição	2019	2018
<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>		
Trabalhos especializados	49.599,97	49.220,02
Publicidade e propaganda	1.265,06	815,22
Vigilância e segurança	0,00	1.107,00
Honorários	38.788,31	42.832,57
Conservação e reparação	62.728,54	54.544,51
Encargos de saúde com utentes	29.332,63	24.732,64
Serviços bancários	2.115,28	2.196,24
Serviços de cabeleireiro	607,50	0,00
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.655,09	1.626,68
Livros e documentação técnica	429,78	149,90
Material de escritório	245,33	574,36
Artigos para oferta	2.999,47	4.205,25
Material didático	3.397,67	3.229,07
Jornais e revistas	34,13	834,03
Vestuário e calçado de utentes	1.541,22	1.286,80
Outros (rouparia, encargos com passeios de utentes, e outros)	18.780,47	17.672,57
Eletricidade	62.816,95	57.581,85
Gas natural	22.725,76	32.201,06
Gasoleo	10.374,04	10.946,06
Água	39.619,92	30.607,03
Outros fluidos	0,00	0,00
Deslocações, estadas e transportes	22.500,82	20.582,76
Rendas e alugueres	592,10	1.541,32
Comunicação	3.548,21	4.006,21
Seguros	14.440,14	11.906,61
Contencioso e notariado	240,00	18,00
Limpeza, higiene e conforto	4.393,06	3.786,54
Portagens	899,46	956,95
Atividades escolares	4.748,87	7.538,25
Bolsa centro emprego	31.150,50	24.524,03
Funerais de utentes	1.849,84	2.107,19
Outros	823,45	1.028,95
<b>Total</b>	<b>434.243,57</b>	<b>414.359,67</b>



**13.15) GASTOS COM O PESSOAL**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de alimentação, subsídio de turno, abono para falhas, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras remunerações adicionais.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Todas as remunerações foram pagas por transferência bancária ou cheque, não existindo quaisquer obrigações legais ou construtivas que estipulem benefícios pós-emprego, benefícios por cessão de emprego ou pagamentos com base em ações.

A rubrica "Gastos com pessoal" tem a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
<b>Gastos com o pessoal</b>		
Remunerações do pessoal	1.367.877,45	1.342.908,82
Encargos sobre remunerações	295.664,06	291.406,27
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	21.989,76	15.909,58
Outros gastos (formação profissional ...)	5.006,74	10.540,06
<b>Total</b>	<b>1.690.538,01</b>	<b>1.660.764,73</b>

Dr. *[Handwritten Signature]*  
*[Handwritten Signature]*  
*[Handwritten Signature]*  
*[Handwritten Signature]*

**13.16) OUTROS RENDIMENTOS**

As principais rubricas que constituem este item são:

Descrição	2019	2018
<b>Outros rendimentos e ganhos</b>		
Rendimentos suplementares	11.461,98	15.436,79
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.374,42	3.363,67
Alienação de ativos fixos tangíveis	14.000,00	0,00
<b>Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento</b>		
Rendas de edifício - Hospital	155.761,92	154.017,56
Rendas de habitação	17.492,01	21.201,78
Rendas de consultórios	24.162,24	27.195,05
Rendas de edifício - hemodiálise	192.000,00	192.000,00
Correcções relativas a períodos anteriores	0,00	448,95
Excesso de estimativa	4.011,12	0,00
<b>Imputação de subsídios/doações para investimentos</b>		
Subsídios Piddac	7.877,26	7.877,26
Subsídios Fundo Rainha Dona Leonor	18.008,52	18.008,52
Doações de ativos fixos tangíveis e intangíveis	31.288,62	1.047,00
Restituições de impostos (Pedidos de Restituição IVA)	30.764,24	16.310,01
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	1,73	0,00
<b>Total</b>	<b>508.204,06</b>	<b>456.906,59</b>

A.  
F. de S.  
C. J.  
L. M.  
R. L.

**13.17) OUTROS GASTOS**

As quantias significativas que constituem este item são:

Descrição	2019	2018
<b>Outros Gastos E Perdas</b>		
Impostos	5.823,77	33.393,91
Descontos De Pronto Pagamento Concedidos	8,98	1,06
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Correcções Relativas A Períodos Anteriores	306,39	424,57
Donativos	2.198,85	7.943,77
Quotizações	912,00	912,00
<b>Total</b>	<b>9.249,99</b>	<b>42.675,31</b>

**13.18) JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS**

As principais rubricas que constituem este item são:

Descrição	2019	2018
<b>Juros, Dividendos E Outros Rendimentos Similares</b>		
Juros Obtidos	4.988,24	4.891,29
Dividendos Obtidos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>4.988,24</b>	<b>4.891,29</b>

**14. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO**

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela Mesa Administrativa e autorizadas para emissão em 03 de junho de 2020.

A Mesa Administrativa

A Contabilista Certificada n.º 61761

Provedor:

Vice - Provedor:

Vogal:

Tesoureira:

Secretário:





  
PALM, CAMBÃO & ASSOCIADOS  
S.R.L.



### CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

#### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Irmandade da Misericórdia de Paredes, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 7.484.499 euros e um total de fundos patrimoniais de 6.911.112 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 54.705 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto ao possível efeito descrito no primeiro parágrafo da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

##### Bases para a opinião com reserva

Não foi constituída imparidade sobre os créditos detidos sobre HMP Hospital da Misericórdia de Paredes, S.A., no montante de 507.643,88 € proveniente das rendas vencidas e não pagas no período compreendido entre abril de 2013 e julho de 2016, em virtude desta dívida não ter sido incluída no Plano Especial de Recuperação (PER) apresentado pelo Hospital, por ser considerada dívida subordinada. Esta situação foi entretanto objeto de contestação judicial por parte da Santa Casa da Misericórdia de Paredes.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.





PALM, CAMBÃO & ASSOCIADOS  
S.P.A.

4

Ar.  
Fadell  
G  
Luis  
Tel

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e





IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAREDES

*[Handwritten signatures]*

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

De conformidade com o disposto na alínea c) ponto 1º do artigo 31º do Compromisso da Irmandade da Santa da Misericórdia de Paredes, vem o seu Conselho Fiscal ou Definitório, apresentar à Assembleia Geral o seu parecer sobre o Balanço, o Balancete, a Demonstração de Resultados e respetivo anexo relativos ao exercício económico do ano de dois mil e dezanove.-

O Conselho Fiscal ou Definitório analisou o Relatório e as Contas apresentadas pela Mesa Administrativa, relativas ao exercício económico de 2019, apreciou o Relatório de Gestão, o Relatório anual sobre movimentação das contas do exercício e o anexo ao Balanço reportado ao período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2019 e a Demonstração de Resultados daquele período, tendo procedido à consulta da respetiva documentação de suporte.-----

O Resultado negativo de -54.704.53 €. do exercício não compromete a estabilidade financeira da instituição que ficará, fortemente, protegida pelo saldo de tesouraria de 2.252.487.77 €. Montante que transita em balanço para o próximo exercício e, por isso, entende o Conselho Fiscal ou Definitório que as contas de 2019, que nos foram presentes pela Mesa Administrativa merecem a aprovação dos seus irmãos na Assembleia-Geral a realizar no próximo dia 30 de Junho de 2020 -----

Por último, o Conselho Fiscal ou Definitório por unanimidade aprova, sem reservas, o Relatório e Contas do exercício compreendido entre 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2019 e aconselha a Assembleia Geral a igual procedimento. Louva a Mesa Administrativa, colaboradores e todos os elementos do voluntariado pela demonstrada dedicação e competência que todos deram à Instituição no decurso do exercício -----

Paredes, 23 de Junho de 2020.

Presidente:-

*[Handwritten signature]*

(António Francisco de Oliveira Ferreira)

Vice- Presidente:-

*[Handwritten signature]*

(Rogério Manuel Ribeiro dos Santos Grácio)

Secretário:-

*[Handwritten signature]*

(Augusto Manuel Teixeira de Barros Ruão)